Instruções do Banco de Portugal

Instrução n.º 72/96

ASSUNTO: Controlo Interno

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 13.º da Directiva do Conselho n.º 89/646, de 15 de Dezembro, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu exercício;

Considerando o disposto nos artigos 73.º, 93.º n.º 1 e 120.º n.º 1 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;

Considerando que todas as instituições de crédito e sociedades financeiras devem possuir um sistema de controlo interno, adaptado à sua dimensão e à natureza e risco das actividades exercidas;

O Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do artigo 23.º da sua Lei Orgânica, estabelece o seguinte:

- 1.** As instituições de crédito e as sociedades financeiras, adiante designadas por instituições, devem dispor de um sistema de controlo interno que obedeça aos requisitos mínimos definidos nestas instruções.
- 2.** O sistema de controlo interno deve abranger, designadamente, a definição da estrutura organizativa, dos métodos e dos procedimentos adequados à prossecução dos objectivos definidos no número 6.º.
- 3.** Na concepção e implementação do sistema de controlo interno deve ter-se em conta o tipo e dimensão da instituição, bem como a natureza e os riscos das operações por ela realizadas.
- 4.** A criação e a actualização do sistema de controlo interno, bem como a verificação do seu funcionamento e eficácia, devem ser directamente acompanhadas pelo órgão de administração da instituição.
- 5.** As regras fundamentais do sistema de controlo interno, que estabeleçam, nomeadamente, os seus objectivos, procedimentos e meios destinados a assegurar a sua execução, devem ser reduzidas a escrito e postas à disposição dos seus utilizadores.
- 6.** Todo o sistema de controlo interno deve prosseguir os seguintes objectivos fundamentais, tendo em vista minimizar os riscos de fraudes, irregularidades e erros, assegurando a sua prevenção e detecção tempestivas:
 - a)** A garantia da existência e segurança dos activos;
 - b)** O controlo dos riscos da actividade da instituição, nomeadamente, os riscos de crédito, de mercado e de liquidez;
 - c)** O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
 - d)** A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação contabilística e financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
 - e)** A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
 - f)** A prudente e adequada avaliação dos activos e das responsabilidades, nomeadamente para efeito da constituição de provisões;
 - g)** A adequação das operações realizadas pela instituição a outras disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais,

às normas e aos usos profissionais e deontológicos e a outras regras relevantes para a instituição;

- h)** A prevenção do envolvimento da instituição em operações relacionadas com branqueamento de capitais.

7. Para atingir os seus objectivos, o sistema de controlo interno deve garantir a existência de um conjunto de procedimentos que permitam, designadamente:

- a)** A adequada segregação ou separação de funções entre a autorização, a execução, o registo, a guarda de valores e o controlo;
- b)** A reconstituição por ordem cronológica das operações realizadas;
- c)** A justificação de toda a informação contabilística através de documentos de suporte, de forma que seja possível chegar através deles aos documentos de síntese final e destes aos documentos de origem;
- d)** Um adequado e eficaz sistema de controlo que habilite o respectivo órgão responsável, através de informação fiável e tempestiva sobre a actividade da instituição, a verificar a realização dos objectivos e orientações estabelecidos.

8. Relativamente aos sistemas informáticos, devem ser adoptados, entre outros, os seguintes procedimentos específicos:

- a)** Os sistemas devem ser objecto de descrição detalhada, e todas as alterações introduzidas devem constar de um documento apropriado;
- b)** Os dados devem ser sujeitos a controlos regulares;
- c)** O equipamento, as aplicações e os dados devem ser dotados de adequada protecção, a fim de prevenir danos, fraudes e acessos não autorizados ao sistema e a informação confidencial.

9. O órgão de administração da instituição deve, anualmente, elaborar um relatório sintético sobre o sistema de controlo interno.

10. O relatório a que se refere o número precedente deve ser remetido ao Banco de Portugal, até ao final do mês de Junho, acompanhado de parecer do órgão de fiscalização da instituição, e no mínimo, abranger os seguintes aspectos.

1. Estrutura organizativa.
2. Sistema de controlo que habilite o respectivo órgão responsável, através de informação fiável e tempestiva sobre a actividade da instituição, a verificar a realização dos objectivos e orientações estabelecidos.
3. Procedimentos de controlo no que se refere ao cumprimento das normas prudenciais em vigor, bem como à prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão.
4. Procedimentos de controlo da adequação das operações realizadas com referência a: (i) - outras disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis; (ii) - normas internas; (iii) - orientações dos órgãos sociais; (iv) - normas e usos profissionais e deontológicos; (v) - outras regras relevantes para a instituição.
5. Garantia da existência e segurança dos activos da instituição e depositados por terceiros mediante a realização e controlo regulares de inventários com a adequada desagregação.
6. Controlo dos riscos da actividade da instituição, nomeadamente, os riscos de crédito, de mercado e de liquidez.
7. Regras sobre segregação de funções, nomeadamente, nas operações de crédito e de mercado, entre a autorização, a execução, o registo, a guarda de valores e outra documentação e o respectivo controlo.

8. Prevenção do envolvimento da instituição em operações relacionadas com branqueamento de capitais.
9. Controlo de que a informação contabilística e financeira é completa, fiável e tempestiva, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade.
10. Metodologia de avaliação (prudente e adequada) dos activos e das responsabilidades, nomeadamente para efeito de constituição de provisões.
11. Capacidade de reconstituição por ordem cronológica das operações realizadas (justificação de toda a informação contabilística através de documentos de suporte, de forma que seja possível chegar, através deles, aos documentos de síntese final e, destes, aos documentos de origem).

SISTEMAS INFORMÁTICOS

12. Estrutura da documentação relativa aos sistemas, incluindo descrição detalhada e todas as alterações introduzidas.
13. Controlos regulares dos dados.
14. Procedimento de protecção do equipamento, das aplicações e dos dados, a fim de prevenir danos, fraudes e acessos não autorizados ao sistema e a informação confidencial.

AUDITORIA INTERNA

15. Breve descrição da função de auditoria interna.
16. Recursos humanos.
17. Operações de auditoria efectuadas e plano dos trabalhos a realizar.
18. Número médio de meses entre duas inspecções sucessivas aos balcões e serviços centrais.
19. Auditoria informática.

DEFICIÊNCIAS DE CONTROLO INTERNO

20. Principais deficiências detectadas no sistema de controlo interno.
 21. Acções a desenvolver para as superar.
- 11.** O sistema de controlo interno das caixas de crédito agrícola mútuo integrantes do SICAM deve ser concebido e organizado em articulação com a Caixa Central.
- 12.** No caso do número precedente, o relatório previsto no número 9. deve ser igualmente remetido à Caixa Central.